

## O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA E DE ESPACIALIZAÇÃO: a construção e a constituição de territórios<sup>1</sup>

*Elaine Aparecida Ramos  
Ana Claudia Giannini Borges*

**Resumo:** A partir da década de 1990, ocorre no país transformações significativas, e no contexto da questão agrária brasileira, crescem a organização de grupos e movimentos sociais que demonstram, por meio de sua luta e resistência, a intenção de garantir a viabilização e aplicação de políticas que atendam as demandas sociais. Diante das lutas e da resistência de homens e mulheres organizados em grupos e movimentos sociais, buscou-se identificar e analisar o processo de luta por terra e de espacialização em Ituiutaba. Para tal realizou-se levantamento bibliográfico, identificação dos principais grupos e movimentos sociais, verificação de legislações e leis, coleta de dados primários e secundários. A partir disso, identificou-se que a construção de territórios e a constituição dos primeiros assentamentos rurais do município são resultantes da organização, luta e resistência de sujeitos oriundos, majoritariamente, de municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e nas áreas desapropriadas do município de Ituiutaba, as famílias assentadas com o acesso à terra construíram seus modos de vida e trabalho.

**Palavras-chave:** Espacialização. Movimentos sociais. Assentamentos rurais. Território.

## THE PROCESS OF STRUGGLE FOR EARTH AND SPATIALIZATION: the construction and constitution of territories

**Abstract:** Since the 1990s, significant transformations have occurred in the country, and in the context of the Brazilian agrarian question, the organization of social groups and movements has grown, demonstrating, through their struggle and resistance, the intention to guarantee the viability and application of policies that meet social demands. In the face of the struggles and resistance of men and women organized in groups and social movements, we sought to identify and analyze the process of struggle for land and spatialization in Ituiutaba. For this, a bibliographic survey was carried out, identification of the main social groups and movements, verification of legislations and laws, collection of primary and secondary data. From this, it was identified that the construction of territories and the constitution of the first rural settlements in the municipality are the result of the organization, struggle and resistance of subjects mostly coming from municipalities in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba and in the expropriated areas of the municipality of Ituiutaba, families settled with access to land built their ways of life and work.

**Keywords:** Spatialization. Social movements. Rural settlements. Territory.

## EL PROCESO DE LUCHA POR LA TIERRA Y ESPACIALIZACIÓN: la construcción y constitución de territorios

**Resumen:** Desde la década de 1990, se han producido transformaciones significativas en el país, y en el contexto de la cuestión agraria brasileña, la organización de grupos y movimientos sociales ha crecido, demostrando, a través de su lucha y resistencia, la intención de garantizar la viabilidad y aplicación de políticas que respondan a las demandas sociales. Frente a las luchas y resistencias de hombres y mujeres organizados en grupos y movimientos sociales, buscamos identificar y analizar el proceso de lucha por la tierra y la espacialización en Ituiutaba. Para ello, se realizó un levantamiento bibliográfico, identificación de

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada “Espacialização e territorialização dos primeiros assentamentos rurais implementados na década de 1990, em Ituiutaba (MG), defendida no ano de 2018, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

los principales grupos y movimientos sociales, verificación de legislación y leyes, recolección de datos primarios y secundarios. A partir de esto, se identificó que la construcción de territorios y la constitución de los primeros asentamientos rurales en el municipio son el resultado de la organización, lucha y resistencia de sujetos mayoritariamente provenientes de municipios del Triângulo Mineiro y Alto Paranaíba y en las áreas expropiadas del municipio de Ituiutaba, familias asentadas con acceso a la tierra construyeron sus formas de vida y trabajo.

**Palabras clave:** Espacialización. Movimientos sociales. Asentamientos rurales. Territorio.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo de sua história houve importantes lutas contra a exploração, subordinação e expropriação. O desenvolvimento e a organização dos primeiros movimentos sociais, a partir da segunda metade do século XX, favoreceram a articulação de trabalhadores rurais pelo país, sendo mais impulsionados pós redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988. Por conseguinte, nos anos de 1990, a reforma agrária ganha em intensidade, devido a crescente mobilização desses movimentos.

Os anos 1990 são caracterizados pela reestruturação econômica, a partir do ideário neoliberal, que amplia a integração do país ao capitalismo mundializado e amplia as desigualdades sociais expressas, dentre outras, pela concentração de terras e de renda. E nos moldes desse processo, tem-se a alteração na relação mercado e Estado, em que se prioriza a estabilidade econômica, em detrimento do crescimento econômico, do desenvolvimento social, ou seja, do estado do bem estar. Nesse contexto, características do capitalismo são amplificadas, principalmente, a partir do ideário neoliberal, em que há a preponderância do individualismo, com seu “endeusamento” e, com isso, a exclusão que já ganhava novas dimensões e que passa a estar relacionada a culpabilização do indivíduo, que é considerado incapaz de superar as adversidades econômicas, ou seja, desconsidera-se o funcionamento, os mecanismos e a estrutura do sistema. (GUARESCHI, 2001; MATHEUS, 2002)

As medidas e as leis adotadas, a partir da década de 1990, impactaram sobremaneira os mais diversos setores econômicos e, no campo, contribuíram para o aumento da concentração e das contradições. Situação que pode ser evidenciada em várias regiões e estados do país, como na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, em específico, no município de Ituiutaba, tanto pelo número elevado de ocupações quanto pelas tentativas de assassinatos. (OLIVEIRA, 2007; CPT, 2000; DATALUTA-MG, 2013)

A articulação dos sujeitos em busca de acesso à terra, dos grupos e movimentos sociais, ocorre no espaço. Esse se constitui como uma categoria relevante para a compreensão dos processos, por fornecer elementos explicativos, a partir das práticas socioespaciais, para a formação, organização e constituição dos territórios. (SOUZA, 2009) Assim, o espaço estabelece-se como elemento substancial no entendimento e análise do território.

Raffestin (1993), em suas reflexões sobre a categoria território, aponta elementos de compreensão e formação dessa categoria, a partir das relações de poder que se apropriam do espaço. Poder que é parte intrínseca de qualquer relação e, como estas ocorrem no espaço, o transformam em território.

O autor explicita a importância em distinguir conceitualmente as categorias espaço e território, visto que espaço e território são termos distintos. Este é estabelecido a contar da

apropriação do espaço, diante da intencionalidade de se apoderar do local que é “preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

A partir disso, cabe salientar o papel dos sujeitos na produção social do espaço e na transformação espacial, que por meio de suas ações, sejam elas, políticas, sociais, culturais ou econômicas, territorializam o espaço.

Ademais, Souza (2009), ao explicar sobre a categoria de análise território, o considera como o primeiro campo onde o poder se articula. Segundo o autor, o território é a categoria capaz de dar significado as relações de poder, corresponde ao campo aonde o poder se articula, juntamente a outras categorias de análise como classe, sistemas de produção, trabalho, intencionalidade, dentre outras.

Desta forma, o território corresponde a uma categoria analítica que fornece elementos capazes de desvendar a realidade por meio dos processos e ações espaciais, permitindo identificar e refletir sob as distintas formas de poder existentes. Destarte, o território se constitui de um instrumento significativo na identificação e análise dos processos sociais e da relação de diferentes grupos sociais. Portanto, a categoria território permite à ciência geográfica uma análise minuciosa da realidade.

O espaço e o território são importantes para o entendimento da realidade, visto que são categorias complementares. O território, especificamente, constitui-se como categoria central para identificar e analisar as dinâmicas, os processos e as transformações ocorridas no espaço a partir das relações de poder.

Destaca-se, portanto, a relevância em refletir sobre a luta de homens e mulheres que se organizam, lutam e resistem frente a desigualdade imposta. Assim, tem-se como objetivo discutir e analisar a luta por terra e a espacialização em um município, a fim de identificar a maneira que os impasses de ordem política, econômica e social transformam o espaço e que, a partir da resistência popular, constroem territórios. Para tal, foi escolhido como campo de estudo o município de Ituiutaba (MG).

Neste trabalho, são apresentados os grupos e movimentos sociais que compuseram as lutas por acesso à terra em Ituiutaba, permitindo identificar quais movimentos/grupos contribuíram para a formação dos assentamentos no município, bem como sua história e especificidades.

Após, busca-se identificar, por meio da ação dos grupos e movimentos sociais envolvidos e da espacialização no município de Ituiutaba (MG), a construção do território por esses sujeitos. Ressalta-se que no intuito de conquistar melhores condições de vida e trabalho, esses sujeitos do campo e da cidade buscaram, por meio da luta e resistência, ampliar o número de famílias com posse de terra.

Para analisar de que maneira ocorreu a espacialização desses grupos, utilizaram-se informações obtidas: no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) que é a autarquia federal que tem como objetivo executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (INCRA, 2017); Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1998 e 1999); e em entrevista realizada com liderança dos assentamentos. Os assentamentos escolhidos para a pesquisa correspondem aos primeiros que foram implantados na década de 1990 em Ituiutaba, sendo classificados pelo Incra e denominados como “Projeto de Assentamento Federal” (PA): PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra

A entrevista foi importante para obter informações mais precisas sobre o processo de conquista do território. Além disso, aplicaram-se formulários aos demais membros do assentamento, com o intuito de identificar a origem e características desses sujeitos, a estrutura das habitações, o tipo de produção, a renda, o modo de vida, dentre outros. Essas informações foram obtidas após aceite dos sujeitos em participar da pesquisa e da garantia de que as identidades seriam mantidas em sigilo, utilizando quando necessário nomes fictícios. Ressalta-se que a coleta de dados primários (entrevistas e aplicação de formulário) ocorreu em 2017 e 2018 e suas informações foram transcritas para posterior análise.

## **OS GRUPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA**

As lutas desenvolvidas em Ituiutaba, mediante manifestações e ocupações de terras, foram realizadas por vários movimentos de luta pela terra. Dentre os movimentos atuantes no município, destacam-se: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Movimento Populares pelos Sem Terra (MPST) e Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

Percebe-se que a luta pela terra no município contou com a presença de diferentes movimentos sociais e sindicais. Dentre esses, o MST é o movimento social de maior expressão no país, apresentando atuações em todo estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e em Ituiutaba. No período de 2000 a 2013, o movimento realizou o maior número de ocupações (41) em relação aos demais movimentos atuantes na mesorregião, sendo que em Ituiutaba ocorreu uma ocupação com a participação de 56 famílias. (DATALUTA-MG, 2014)

Esse movimento surgiu no ano de 1984, em Cascavel (PR), resultado de um processo histórico de resistência e luta dos camponeses, a partir de experiências com ocupações de terra, da construção política dos sujeitos e da participação de espaços de formação. (FERNANDES, 2001)

O autor destaca que há um conjunto de ações que duraram aproximadamente quatro anos (1979 a 1984), aonde ocorreram as primeiras reuniões e ocupações de terras. Com as diversas lutas travadas pelos trabalhadores rurais e camponeses organiza-se o MST e conquista-se acesso à terra. Nesse processo de constituição, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi essencial na articulação das lutas e criação de espaços de socialização, garantindo a troca de experiências e pensamentos a respeito do desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. Ademais, cabe destacar que no Triângulo Mineiro, onde localiza-se o município de Ituiutaba, os trabalhos do MST iniciaram no fim do ano de 1989, período em que se observa, no país, assim como na região, o aumento das ações dos sem-terra. Nesta época, a questão agrária passa a ser criminalizada, com repressão policial (FERNANDES, 2001). Gomes (2004) ressalta essas ações da violência policial exercida sobre trabalhadores rurais em uma das maiores experiências da luta no Triângulo Mineiro que ocorreu a partir da ocupação da Fazenda Santo Inácio-Ranchinho, em 1989. Os trabalhadores que ocupavam essa área foram duramente reprimidos por meio de violência policial, mas apesar de todo sofrimento vivenciado, retomaram as mobilizações como estratégia de luta de acesso à terra e amplificaram as denúncias frente às ações truculentas praticadas pela polícia.

Nesse período, tem-se o município de Iturama outro marco no conflito por terra na mesorregião, onde as famílias ocuparam uma fazenda (Colorado) no ano de 1990 (FERNANDES, 2001). Neste processo, segundo autor, elas também foram impedidas pela ação de policiais e jagunços, o que as levou realizar acampamento na margem da rodovia e manter as denúncias diante da continuidade de ações inadequadas, agressivas, da polícia. As famílias permaneceram, nesse local, por nove meses, quando decidiram ocupar outra fazenda que não cumpria função social.

É importante ressaltar que a Constituição Federal prevê que a desapropriação de terras é realizada, exclusivamente, em grandes propriedades rurais que não cumprem função social. (BRASIL, 1988, art. 184 e 185) Na Constituição, o cumprimento da função social da terra é definido como:

- I - aproveitamento racional e adequado;
  - II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
  - III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
  - IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- (BRASIL, 1988, art. 186).

Assim, a partir das ações do movimento em municípios da região, o MST contribuiu para assentar famílias a partir da intencionalidade desses sujeitos na luta pela realização da reforma agrária, expressando a intenção de se apropriar desse espaço e, assim, compor o seu território.

Além do MST, as ações do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) também auxiliaram no assentamento de famílias em Ituiutaba. A criação do MLST ocorreu no ano de 1997, período em que se ampliavam as ocupações de terra. O surgimento do movimento é resultado da articulação de quatro sujeitos (Bruno Maranhão, Manuel da Conceição, Paulo Faria e Antonio Arruti) com histórias de vida distintas, porém com semelhanças no que tange a militância política (MITIDIERO JR., 2002).

A atuação das lideranças é relevante frente à organização da luta, em que a articulação do movimento estava pautada nas estratégias políticas e posições políticas do MLST, que eram de responsabilidade dessas primeiras lideranças. De acordo com Mitidiero Jr. (2002), a essência da gênese do movimento surgiu da articulação de pessoas com participação de lutas na cidade e não no campo. A coordenação do MLST, desde o início, era composta por militantes políticos da extrema esquerda. O autor destaca que o MLST é um movimento desvinculado de partidos políticos, porém, os sujeitos que integravam a coordenação eram da ala mais radical do Partido dos Trabalhadores (PT de aço).

O autor aponta que o MLST é resultado do esforço dos coordenadores, no qual conseguiram unificar grupo de trabalhadores rurais sem terra independentes localizados em sete estados diferentes, sendo eles: Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, São Paulo e Bahia. Acrescenta também que a formação do MLST ocorre a partir das experiências das ações já materializadas nas ocupações e acampamentos e que se difere do MST, pois este tem sua formação na luta, antes e depois das ações das famílias sem-terra.

A área de abrangência de ações do MLST era todo o território nacional, porém, como aponta Mitidiero Jr. (2002), não passava de aspirações e desejos construídos pelas lideranças do movimento. Então, a organização concentrava-se em acampamentos e assentamentos do estado



de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Norte. O MLST surge mais organizado no estado de Minas Gerais, onde havia maior número de lideranças e militantes atuantes no campo, na década de 1980, a partir de experiências dos grupos atuantes no Triângulo Mineiro, estes contribuíram para a criação do primeiro assentamento nessa região em 1989 (MITIDIERO JR., 2002).

Diante disso, ressalta-se que o MLST foi o movimento que, de 2000 a 2014, realizou o maior número de ocupações no município de Ituiutaba (4) e, também, com o maior número de famílias participantes (356) no processo de ocupação, seguido por duas ocupações pela CONTAG (64 famílias), duas por MPST (235 famílias), uma pelo MST (56 famílias), uma pelo MTL (200 famílias) e cinco por ocupação conjunta (259 famílias). (DATALUTA, 2014)<sup>2</sup>

Outra organização de relevância na luta pela terra em Ituiutaba é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais via Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), que é uma entidade sindical filiada à CONTAG. Essa federação foi fundada no ano de 1968 e o início de suas atividades contou com a participação de advogados atuando na prestação jurídica aos trabalhadores rurais, sustentados no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra. A FETAEMG representa a classe trabalhadora rural em seus diversos segmentos, como os acampados e assentados da reforma agrária, agricultores familiares, assalariados rurais, meeiros, entre outros. (FETAEMG, 2017)

O MPST surge em 1997 no estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema que é a área onde apresenta maiores índices de luta pela terra, no estado. O surgimento deste Movimento ocorre a partir de divergências e dissidências de outros movimentos como o MST e o MP (Movimento da Paz). Em 1999, o movimento alia-se ao MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e abandona a sigla MPST. (MITIDIERO JR., 2002)

O MTL surge a partir da extinção da sigla MLST, em 2002, e da junção com outros dois movimentos, de caráter urbano. Esse movimento demonstra a unificação de experiências de luta no campo e na cidade, com pautas de demandas sociais gerais, que não se restringem as questões dos trabalhadores do campo. (MITIDIERO JR., 2002)

Raffestin (1993) aponta que todo projeto é sustentado por ações e ou comportamentos. Assim, as ações e comportamentos dos movimentos sociais e grupos sociais resultam na construção de um projeto por meio das relações envolvidas. Além disso, o autor afirma que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144) Souza (2009) acrescenta que a constituição de um território dependerá das práticas socioespaciais ali consolidadas. Isto posto, entende-se que a organização e a atuação dos movimentos e grupos revelam as prementes demandas da população e, por isso, os conflitos ainda existentes, evidenciando a questão agrária no município de Ituiutaba.

---

<sup>2</sup> Os relatórios do DATALUTA são anuais, sendo 2005 o primeiro ano do relatório de Minas Gerais, e nesta base não há os dados da década de 1990.

## A ESPACIALIZAÇÃO DOS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS RURAIS EM ITUIUTABA

No município de Ituiutaba há seis assentamentos rurais e a construção desses ocorreu a partir da ação de sujeitos ligados aos movimentos sociais e sindicatos rurais que dotados de intencionalidade, propiciaram o processo de espacialização.

Os primeiros assentamentos rurais do município, PA Chico Mendes, PA Divisa e PA Engenho da Serra, foram criados na década de 1990 e, por isto, são objeto de estudo deste trabalho. Para a criação dos primeiros assentamentos em Ituiutaba, as ocupações de terras foram ações fundamentais no processo de luta pela terra no município. As primeiras ocupações de terras no município ocorreram no ano de 1998, organizado pelo MLST, movimento responsável pelo maior número de ocupações no município. Posteriormente, no mesmo ano, teve ocupação organizada pela FETAEMG e, no ano de 1999, a ocupação liderada pelo MST.

Esses assentamentos rurais foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). A criação de assentamentos rurais, pelo Instituto, é realizada por meio de publicação no Diário Oficial da União, no qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos para assegurar a implantação. Os assentamentos, por meio da obtenção de terras, podem ser divididos e institucionalizados por: Incra; ou por outras instituições governamentais, desde que reconhecidos pelo Incra. (INCRA, 2017)

Com a informação que se tinha sobre a área a ser desapropriada e utilizando a ocupação como prática de resistência e luta política, os sujeitos integrantes do MST, MLST e FETAEMG, por meio de suas ações, apropriaram-se das fazendas que estão localizadas em uma mesma região. Essas ações, segundo Raffestin (1993), são objetivações do espaço que correspondem aos processos sociais sustentados por um conhecimento e uma prática. E diante disso, conforme a perspectiva do autor, esse espaço é entendido como elemento construído pelo sujeito, no qual é representado pela imagem do território visto ou vivido, estruturado a partir das intenções e da realidade material destes.

Porém, no acampamento, momento anterior ao acesso e posse da terra, é onde ocorrem as lutas mais contundentes e, portanto, é onde os sujeitos encontram dificuldades de diferentes esferas. É um momento árduo, visto que passam por uma diversidade de situações, segundo o entrevistado José. As principais dificuldades enfrentadas por essas famílias podem ser evidenciadas em sua fala: “principalmente pela sociedade local, havia uma resistência muito grande, uma discriminação muito grande com a gente, essa foi uma das dificuldades e outra foi por algumas famílias não ter recursos para permanecer acampadas”.

Além disso, destacam outras dificuldades encontradas durante o processo em que estiveram acampados, dentre elas ressaltam-se a dificuldade em manter uma atividade produtiva em local temporário e a falta de meio de transporte. A fala de João expressa estes pontos:

outra dificuldade foi o transporte que a gente não tinha, então uma caminhonete pra servir a comunidade toda né. As necessidades são muitas, então isso foi uma dificuldade, e a discriminação, a maior delas. A discriminação, até pelas famílias, os nossos parentes, discriminavam, achavam que a gente estava tomando terra dos fazendeiros. Coitadinhos dos fazendeiros,

trabalharam tanto pra comprar a terra, a gente tava tomando deles, e era um absurdo. E não era assim, mas eles não entendiam, não adiantava falar.

Apesar das dificuldades vivenciadas no momento em que estavam acampados, as famílias se organizaram de modo que pudessem garantir sua sobrevivência no local. Nota-se ainda que os movimentos, mesmo se diferenciando em seus princípios, se aproximam no que se refere à organização coletiva, como forma de resistir e reproduzir-se socialmente.

A fase do acampamento corresponde a um dos momentos mais difíceis da luta pela terra e é de extrema importância a força da coletividade para alcançar os objetivos do grupo. Segundo Guareschi (2001, p. 142) “O que faz um grupo ser grupo são as relações que nele se estabelecem”. Além disso, as pessoas que constituem o grupo e a condição socioeconômica são importantes diante da organização coletiva dos sujeitos que, de acordo com Matheus (2002, p. 126), a unicidade da organização e dos grupos depende da realidade socioeconômica, “[...] uma vez que, do ponto de vista de cada membro, é frequentemente considerada condição indispensável a subsistência.”

É importante considerar que o grupo era composto por trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, em busca de autonomia a partir da conquista da terra, para que nela pudessem viver e trabalhar. E o que se observa na sociedade em que vivemos é a ampliação do exercício do poder a partir da dominação, exploração, exclusão e individualização que, conforme afirma Guareschi (2001), dificultam o acesso de diversas pessoas ao mundo do trabalho. Deste modo, em oposição a estrutura vigente e como possibilidade de autonomia quanto ao seu modo de vida e trabalho, os grupos e movimentos sociais são fundamentais frente a dominação imposta, tendo como prática a cooperação e a partilha, dentre os quais, do saber, do trabalhar e das vivências.

A organização dos sujeitos, atividades e ações desenvolvidas pelos movimentos demonstram o poder da coletividade frente a questão agrária existente e lutas políticas travadas pelos trabalhadores. Figueiredo e Pinto (2014) afirmam que a vivência em um acampamento possibilita a construção de sentimento de coletividade a partir de histórias e de significados criados e compartilhados. O que se coloca no mesmo sentido do observado por Fabrini (2002), ao considerar que a experiência das ações coletivas na fase de acampamento, contribuem para motivar a reprodução dessa coletividade nos lotes. O autor destaca que é na produção no assentamento que as questões econômicas possuem mais importância.

Os assentamentos de reforma agrária surgem como resultado da organização e da mobilização dos trabalhadores sem-terra que se materializam a partir das ocupações de terra, principalmente. A posse da terra coloca ao trabalhador rural assentado uma nova condição. A organização da produção no assentamento é uma condição básica para a permanência do trabalhador assentado na terra. (FABRINI, 2002, p. 118)

A partir da afirmação do autor, é possível evidenciar essa nova condição após a posse da terra quando a entrevistada Maria diz que: “quando estávamos no acampamento, era como se fossemos todos parentes”. Essa fala indica a proximidade e a afetividade, o que contribui para o desenvolvimento da coletividade. Porém, ao irem para seus lotes, em alguns casos observa-se a alteração da lógica de reprodução, conforme João: “a medida que foram para os lotes as pessoas começaram a ficar individualista sabe, cada um foi cuidar de suas coisas”.



A partir da fala do entrevistado, nota-se o distanciamento dos sujeitos do movimento e organicidade de grupo a partir do momento de constituição do território, que é percebido pelo individualismo adotado nas práticas produtivas que, até o momento do acampamento, eram coletivas e partilhadas. Matheus (2002, p. 118) ressalta que “[...] o individualismo é resultado do racionalismo e do universalismo, em que o sujeito passa a priorizar as suas necessidades pessoais e não mais as demandas do coletivo do qual é pertencente”, priorizando a autonomia do indivíduo e distanciando-se, “[...] enquanto concepção teórica, do corpo social a que pertence.”

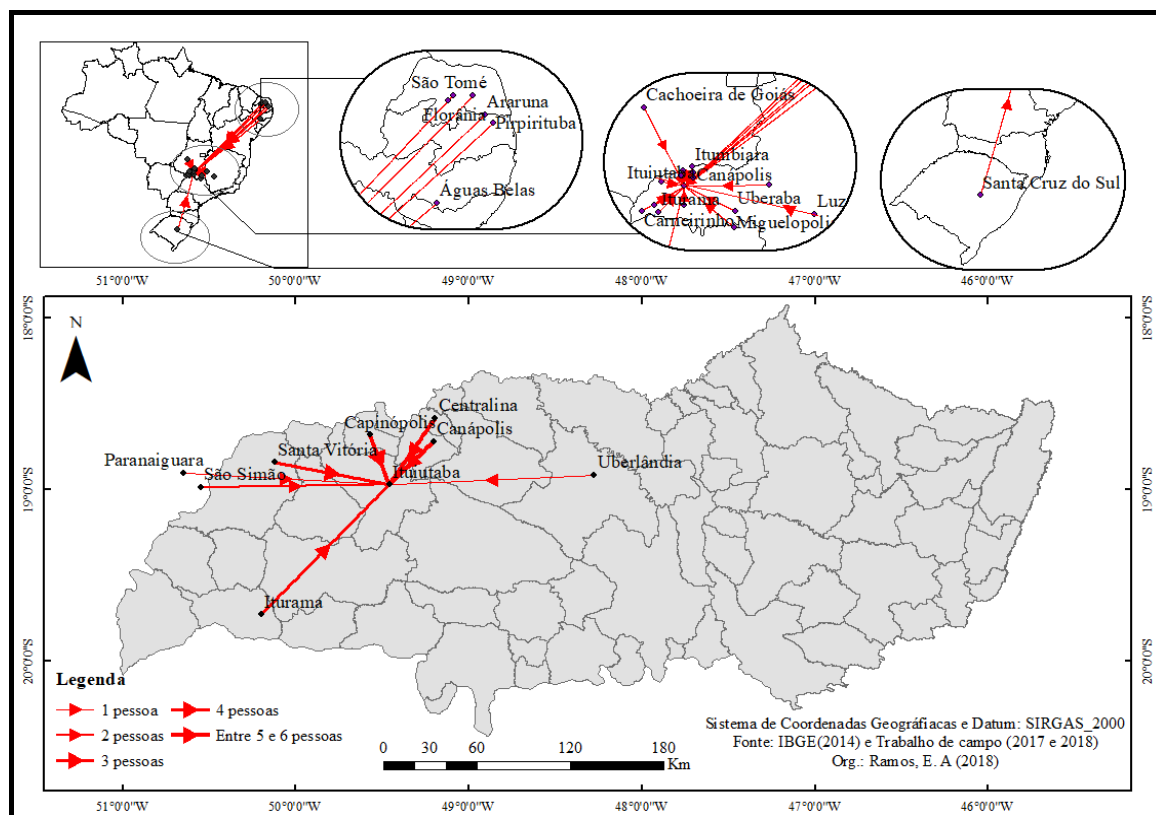
Por outro lado, o mesmo entrevistado ressalta que este vínculo criado no acampamento permanece no assentamento: “você faz um laço de amizade muito grande, igual irmãos, nós formamos uma comunidade, fundamos uma igreja, que a gente participa, conseguimos trazer a missa para cá, pessoas que quase não iam a missa, hoje já participa conosco aqui.”

Além disso, como aponta Souza (2009), os movimentos sociais por introduzirem práticas socioespaciais capazes de produzir territórios, trazem grandes contribuições ao confronto às lógicas e práticas socioespaciais do capital. Portanto, a construção do território do assentamento, pelos grupos sociais, propicia diferentes formas de uso e ocupação da terra, bem como a possibilidade de alteração na dinâmica territorial local. Assim, como afirma Raffestin (1993, p. 150), “[...] toda prática espacial mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’[...]”.

É importante ressaltar que as práticas e ações realizadas nessa espacialidade foram desenvolvidas por sujeitos oriundos de diversos municípios do país e de experiências de vida distintas. Porém, majoritariamente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba especificamente, de locais onde são evidenciados conflitos pela terra (MAPA 1). A migração foi identificada em dois momentos distintos. No primeiro fluxo, para municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, verifica-se que a migração dos sujeitos ocorre de diversas partes do país, de municípios do: Nordeste - São Tomé (RN), Florânia (RN), Araruna (PB), Pirpirituba (PB) e Águas Belas (PE); Centro-Oeste - Cachoeira de Goiás (GO); Sudeste - Luz (MG), Carneirinho (SP) e Miguelópolis (SP); Sul - Santa Cruz do Sul (RS). Ao se considerar o segundo fluxo, identificam-se os seguintes municípios de origem: Paranaiguara e São Simão, no estado de Goiás; e Santa Vitória, Capinópolis, Centralina, Canápolis, Ituiutaba, Uberlândia e Iturama, no estado de Minas Gerais, em específico da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

No segundo fluxo, tem-se a migração de outros municípios Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para o município de Ituiutaba (MAPA 1). Esse movimento populacional deve-se a organização coletiva pela luta pela terra, em que a trajetória geográfica identificada no mapa, revela a busca desses sujeitos em garantir sua reprodução social.

MAPA 1. Espacialização da trajetória dos assentados que participaram do processo de ocupação.



Fonte: IBGE (2014) e Trabalho de campo (2017 e 2018).

É importante considerar que parte desses assentados migraram para outras regiões antes de se estabelecerem em Ituiutaba, o que denota a busca desses sujeitos por melhores condições de vida, o que pode ser constatado pela fala de José ao relatar que a instabilidade de trabalho nos locais onde moravam, dificultava a reprodução social das famílias. Então, a partir da possibilidade de acesso à terra por meio da organização de trabalhadores rurais e do conhecimento e práticas em trabalhos agrícolas desses sujeitos, a ocupação a fim de obter as terras, constituiu-se de uma oportunidade de mudança da condição de vida desses sujeitos. O entrevistado José relata que:

Olha na época a gente trabalhava de diarista, é, era uma época muito difícil, a gente não tinha serviço, a gente trabalhava um dia na semana, dois dias na semana, lá na nossa cidade por falta de serviço, né, então era mais uma necessidade que a gente tinha, de viver, sobreviver, né. A gente não tinha um trabalho fixo e o que a gente sabia fazer era trabalhar na lavoura, né, então, quando surgiu isso aqui, foi uma oportunidade pra gente vim pra cá.

Ademais, para além da materialidade, a expressão simbólica que a terra possui, pode ser elucidada na fala da entrevistada Maria: “e a gente tinha o sonho de ter a terra né”. Desse modo, a partir da objetivação, representação e intencionalidade expressas nas ações e falas dos sujeitos, identifica-se o território. “O território é sem sombra de dúvidas a primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou seja, o território é um primeiro campo, no seio do qual, o poder se articula”. (SOUZA, 2009, p. 107)

Isto posto, a partir da diversidade dos sujeitos e diante da organização camponesa e de trabalhadores rurais e ações de desapropriação realizadas pelo Incra, tem-se a criação dos assentamentos no município.

## **A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS: A TERRITORIALIZAÇÃO DOS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ITUIUTABA (MG)**

A construção do território deve ser entendida a partir das relações de poder. Sendo o território o primeiro campo, onde o poder se articula (SOUZA, 2009), nota-se a relevância dos conhecimentos e práticas inseridos nessa área, sendo determinantes para a constituição de territórios.

A territorialização refere-se ao processo que é contínuo e inerente na vivência dos assentados desde a conquista do território. A territorialização dos primeiros assentamentos é identificada a partir da tentativa de análise do território na sua totalidade, desde seu processo inicial até a constituição do território construído e transformado no campo das relações de poder. Souza (2009) aponta que o território não é dado *a priori*, mas sim que sua gênese e consolidação estão nas relações sociais que o sustentam.

Com isso, a partir das contribuições de Raffestin (1993) e Souza (2009), entende-se que o processo de territorialização corresponde à construção do território, a partir dos modos e meios de produção dos movimentos e grupos sociais, numa escala espaço-temporal.

Destarte, a constituição dos PA's Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra ocorreu a partir da luta e resistência de homens e mulheres e dos decretos publicados pela presidência da república, que estabeleceu a desapropriação das áreas que não cumpriam sua função social e as declarou de interesse social, para fins de reforma agrária. Processo que se efetivou, tendo como base as ações de resistência e luta. Não obstante, ressalta-se que essas ações contribuíram para a construção dos assentamentos, mas que não devem se restringir ao momento de ocupação, visto que é algo constante nas práticas das famílias e no território conquistado. A regulamentação apresenta as seguintes fases:

- a) obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários que são de responsabilidade da União através do INCRA; b) aporte de recursos de crédito;
- c) infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; d) titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), também. (INCRA, 2017)

Para a instalação das famílias, os beneficiários receberam os primeiros créditos para o plantio de alimentos e, posteriormente, foi realizada, via sorteio, a determinação dos lotes. É nesse período que as famílias também receberam os primeiros créditos para instalação, para depois ser feito o repasse de créditos para investimento produtivo, diversificação e melhoria do processo produtivo, segundo normatização do Incra (2017).

As famílias desses assentamentos possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que corresponde a transferência do imóvel rural ao beneficiário em caráter provisório, assegurando aos assentados o acesso à terra, aos créditos e aos programas do Governo Federal relacionados à agricultura familiar. (INCRA, 2017)

Ao longo dos anos, a partir da criação dos assentamentos, foi produzida uma diversidade de produtos para o consumo interno e para a comercialização, atendendo princípios da reforma agrária e das normas do Incra. Segundo um dos entrevistados, os principais produtos no PA Divisa foram, primeiramente, “abacaxi, arroz e algodão, e o leite é o mais produzido, algumas hortas, mas para consumo interno, frango, porco, milho, mandioca.” Ele afirma inclusive que tentou produzir o abacaxi, pois era a cultura que produzia antes de migrar para Ituiutaba, mas que “não deu certo, ficava difícil para vender, as vezes perdia, então o leite foi a melhor coisa para nós aqui”.

Complementando, a sua fala, ele destaca que concomitantemente a essas produções agrícolas, há a criação de gado leiteiro que ocorreu com a “aquisição dos primeiros animais, praticamente um ano depois.” A mesma tendência se verifica no Engenho da Serra e no Chico Mendes. Entretanto, vale evidenciar que os assentados do PA Engenho da Serra tentaram produzir leite orgânico e, conforme outro entrevistado, “o grupo caminhou bem, mas depois não tivemos apoio pra continuar, faltou orientação pra a gente continuar”.

A tentativa de produção de leite orgânico do PA Engenho da Serra, aparece como alternativa ao modo tradicional da pecuária leiteira praticada. Segundo Souza, Gebara e Jorge (2009), a adoção de novos fazeres representa uma forma estratégica de sustentabilidade econômica e manutenção da estrutura familiar na unidade da produção. Portanto, a adoção de novas atividades no campo, constitui-se de uma alternativa ao desenvolvimento produtivo e social das famílias assentadas. No entanto, a ausência de acompanhamento técnico no processo de aplicação das atividades limita o desenvolvimento de novas práticas de produção, como foi elucidado pelo entrevistado.

Frente ao exposto, mesmo após a constituição dos assentamentos rurais, observa-se que os desafios e as dificuldades extrapolam o momento em que as famílias estão acampadas. Os territórios expressam parte da complexidade da questão agrária, que mesmo com a formação dos assentamentos, visto que as lutas devem continuar, a fim desses sujeitos resistirem e permanecerem na terra conquistada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Ituiutaba, os principais grupos/movimentos de luta pela terra atuantes na década de 1990 foram o MLST, o MST e a FETAEMG. Esses movimentos apresentam bases ideológicas distintas, que acompanham a realidade social de homens e mulheres que compuseram a luta e resistência pela realização da reforma agrária no município. A luta pela terra em Ituiutaba foi realizada por sujeitos originários de diversas partes do país, contemplando municípios de quase todas as regiões, que ‘caminharam’ com suas lutas e esperanças até municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A construção do território dos primeiros assentamentos rurais de Ituiutaba (MG) é resultante dos processos sociais de resistência e expressam em sua materialidade conhecimentos e práticas exercidas por sujeitos históricos, demonstrando a intencionalidade desses na conquista por terra e território. E parte de sua história podendo ser identificada pela migração de sujeitos de diferentes municípios brasileiros em busca de melhores condições de vida e trabalho, a partir do acesso à terra em Ituiutaba.

As terras foram desapropriadas por interesse social para fins de Reforma Agrária por meio de Decretos Federais. A partir disso, entende-se que a finalidade da ação realizada visa, com

base na Constituição, o melhor aproveitamento, utilização ou produtividade dessas terras em benefício da coletividade.

As ocupações de terras foram ações importantes na luta pela desapropriação de terras que não cumpriam função social no município. Os acampamentos foram realizados nas terras onde as famílias constituíram uma fase expressa de resistência, marcadas por situações adversas, bem como por união e solidariedade entre os sujeitos, o que revela a sua coletividade. São essas práticas socioespaciais que possibilitaram a constituição desses assentamentos que, a partir das desapropriações realizadas pelo Incra, tem-se a formação dos PA Chico Mendes, PA Divisa e PA Engenho da Serra.

Na tentativa de identificar e analisar esses processos realizados por homens e mulheres, coletivamente a partir da luta, resistência e intencionalidade que transformam espaços e constituem territórios, é importante considerar que não são sujeitos universais, são indivíduos dotados de vivências, experiências, desejos e necessidades distintas. Portanto, a aparência do objeto: a constituição dos territórios, é um constructo social que se origina da complexidade das relações sociais que foram construídas e desconstruídas, apresentando as contradições do individual e do coletivo.

Por fim, o processo de espacialização e territorialização ocorreu a partir de práticas socioespaciais dotadas de intencionalidade, expressas pela organização, resistência e lutas dos sujeitos, possibilitando, portanto, alterações nas formas de uso e ocupação da terra. Para garantir as necessidades das famílias, tentativas de diferentes produções agrícolas foram realizadas, o que denota a intencionalidade de homens e mulheres em se apoderar desse espaço de vida e de trabalho. Esse processo constitui a história viva desses assentamentos, bem como da luta da reforma agrária e a resistência dos assentados na terra conquistada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Medida Provisória Nº 759, De 22 De Dezembro De 2016](#). Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759impresao.htm). Acesso em: Ago/2018.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Documento de Lutas e Conquistas no Campo. 2013. Disponível em: <https://www.contag.org.br/index.php?action=1>. Acesso em Jun/2016.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 1999*. Disponível em: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br). Acesso em: Jun/2018.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2000*. Disponível em: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br). Acesso em: Jun/2018.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Minas Gerais - 2013. Presidente Prudente –SP/FCT/UNESP. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosmg.php>. Acesso em: maio/2017.



DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil - 2015. Presidente Prudente – SP/FCT/UNESP. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosmg.php>. Acesso em: maio/2017.

FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. 294 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000. ISBN 85.326.2345-X.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 562-571, 2014.

GOMES, Renata Mainenti. Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 141-156, 2001.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Criação e modalidades de assentamentos. 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em: Jun/2017.

MATHEUS, Tiago Corbisier. Individualismo e desejo contraditório na formação de grupos. In: MOTTA, Fernando Claudio Prestes; MOTTA, Maria C. Cintra do Prado Prestes; FREITAS, Maria Ester. Vida psíquica e organização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 116-129.

MITIDIERO, Marco Antônio Junior. As Contradições da Luta Pela Terra: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo - USP (FFLCH), São Paulo, 2002.

MTL. Movimento Terra Trabalho E Liberdade. Documento de fundação: nova estratégia socialista. Goiânia, agosto 2002. Disponível em: [http://www.geocities.ws/design\\_pe/mtl\\_oque.html](http://www.geocities.ws/design_pe/mtl_oque.html). Acesso em: Jun/ 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Livro\\_ari.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf). Acesso em: Mai/2017

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do Território. Agrária (USP). v.10-11, (2009). Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>. Acesso em: Mar/2017.

*Submetido em outubro de 2020*  
*Aprovado em dezembro de 2020*

**Informações das autoras:**

Elaine Aparecida Ramos

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil. Vinculada a Linha de pesquisa Organização do espaço

E-mail: [elaine.ramos@unesp.br](mailto:elaine.ramos@unesp.br)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3665-2054>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8493678524727219>

Ana Claudia Giannini Borges

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP Brasil.

E-mail: [ana.giannini@unesp.br](mailto:ana.giannini@unesp.br)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1079-2190>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2634691313398813>